



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

## ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

CPF: [REDACTED]



### SEDE DA FAZENDA ALEGRIA-FLORESTAL SUL BRASIL

**PERÍODO DA AÇÃO:** 06/05/2011 a 13/05/2011

**LOCAL:** PADRE PONCIANO ZONA RURAL DE PALMAS-PR

**LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA:** S 25° 41' 47.0 " / O 51° 39' 34.4 "

**ATIVIDADE:** Cultivo de Pinus

**CNAE:** 0210-1/03



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

**ÍNDICE**

A)	IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR FISCALIZADO	4
B)	DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO	5
C)	RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS	6
D)	DA AÇÃO FISCAL	7
E)	DA NEGOCIAÇÃO	10
F)	DAS IRREGULARIDADES TRABALHISTAS	10
F.1.)	REGISTRO	10
F.2.)	FERRAMENTAS	11
F.3.)	TREINAMENTO - MOTOSSERRA	11
F.4.)	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	11
F.5.)	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	12
F.6.)	ÁGUA POTÁVEL	12
F.7.)	SALÁRIO - PAGAMENTO - ATÉ O 5º DIA ÚTIL	12
G)	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PERANTE O GEFM	13
H)	CONCLUSÃO	13

**ANEXOS**

- Notificação para Apresentação de Documentos - NAD
- Comprovante de Inscrição no CEI
- Contrato Particular de Parceria
- Termo de Depoimento (3)
- Cópias dos Autos de Infração (07)
- Termo de Ajustamento de Conduta





**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM**

**EQUIPE**

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

**COORDENAÇÃO**

[REDACTED]

**SUBCOORDENAÇÃO**

[REDACTED]

**AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO**

[REDACTED]

**MOTORISTAS:**

[REDACTED]

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

[REDACTED]

**POLÍCIA FEDERAL:**

[REDACTED]





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

**A) IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR FISCALIZADO**

**EMPREGADOR:** [REDACTED]

**CPF:** [REDACTED]

**CEI/CNPJ:** 01.389..459-0002-72

**CNAE:** 0210-1/03

**Localização:** Padre Ponciano, Zona rural de Palmas-PR

**Coordenadas Geográficas dos locais inspecionados:**

Sede: **S** 25° 41' 47.0 " / **O** 51° 39' 34.4 "

**Endereço para Correspondência:** [REDACTED]  
[REDACTED]

**TELEFONE:** [REDACTED]





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

**B) DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO**

- **Empregados alcançados: 07**
  - Homens maiores: 07                      - Mulheres maiores: 00                      - Menores: 00
- **Empregados registrados sob ação fiscal: 3**
  - Homens maiores: 3                      - Mulheres maiores: 00                      - Menores: 00
- **Empregados resgatados: 00**
  - Homens maiores: 00                      - Mulheres maiores: 00                      - Menores: 00
- **Número de Autos de Infração lavrados: 07**
- **Guias Seguro Desemprego emitidas: 00**
- **Número de CTPS emitidas: 00**
- **Termos de apreensão e guarda: 00**
- **Termo de interdição: 00**
- **Termo de Afastamento do Trabalho de Menores: 00**
- **Número de CAT emitidas: 00**
- **Notificação para Regularização: 01**
- **Valor líquido das verbas rescisórias quitadas s/ FGTS: 00**





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

**C) RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS**

	Nº do AI	Ementa	Descrição	Capitulação
1 ✓	01420987-0	000010-8	Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.	art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
2 ✓	01420988-8	131202-2	Deixar de disponibilizar, gratuitamente, ferramentas adequadas ao trabalho e às características físicas do trabalhador ou deixar de substituir as ferramentas disponibilizadas ao trabalhador, quando necessário.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.11.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
3 ✓	01420989-6	131454-8	Deixar de promover a todos os operadores de motosserra treinamento para utilização segura da máquina ou promover treinamento para utilização segura de motosserra com carga horária inferior a 8 horas ou promover treinamento para utilização segura de motosserra com conteúdo programático em desacordo com o constante no manual de instruções do equipamento.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.12.20.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
4 ✓	01420990-0	131464-5	Deixar de fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de proteção individual.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.20.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
5 ✓	01420991-8	131341-0	Deixar de disponibilizar instalações sanitárias aos trabalhadores.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.1, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
6 ✓	01420992-6	131475-0	Deixar de disponibilizar, nos locais de trabalho, água potável e fresca em quantidade suficiente.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.9 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
7 ✓	01420993-4	001398-6	Deixar de efetuar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, o pagamento integral do salário mensal devido ao empregado.	art. 459, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

**D) DA AÇÃO FISCAL**

A ação fiscal desenvolveu-se a partir de planejamento de fiscalização da Divisão de Erradicação do Trabalho Escravo-DETRAE e rastreamento realizado por auditores fiscais da DETRAE.

“No dia 06/05/2011 ao chegarmos à Fazenda Alegria de propriedade da Sra. [REDACTED] por volta das 09 horas, após passarmos pela sede da fazenda Alegria, encontramos o filho da proprietária [REDACTED] e mais dois trabalhadores laborando na atividade de derrubada de pinus. Após nos identificarmos como membros do Grupo Especial de Fiscalização Móvel-GEFM, verificamos que na fazenda Alegria a atividade principal é cultivo de pinus e esporadicamente extração de erva mate nativa.

Em conversa com o [REDACTED] soubemos que a atividade de cultivo de pinus é realizada em parceria com a empresa FLORESTAL SULBRASIL de propriedade do Sr. [REDACTED]

O Sr. [REDACTED] acompanhou o GEFM até a sede da fazenda e nos informou que além de seus trabalhadores, estavam, também, alojados na Fazenda Alegria, trabalhadores da Florestal Sulbrasil e da Indústria e Comércio Erva Mate Velho Casarão Ltda.

O Sr. [REDACTED] nos mostrou os alojamentos dos trabalhadores e constatamos que efetivamente na Fazenda Alegria, além dos seus trabalhadores, próximo à sede, estavam alojados um grupo de





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

trabalhadores da Indústria e Comércio Erva Mate Velho Casarão Ltda, e em outra casa estavam os trabalhadores da Florestal Sulbrasil.

Enquanto o [REDACTED] nos mostrava os alojamentos, chegou o Sr. [REDACTED] esposo da proprietária que depois de nos explicar as diversas situações encontradas na fazenda prestou depoimento ao Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério Público do Trabalho (em anexo) e disse entre outras coisas que na realidade administra a Fazenda realizando contratações, dispensas, pagamentos de salários e negociação contratual com outras empresas, parceiros ou similar e que os empregados registrados pela sua esposa, senhora Ivanilde, prestam serviços apenas para a família [REDACTED]

Que existem trabalhadores na Fazenda que não são seus empregados e que prestam serviço na propriedade do seu filho em razão de contratos firmados com Florestal Sulbrasil de propriedade do senhor [REDACTED] e que não exerce nenhum tipo de gerência/mando sobre estes trabalhadores vinculados à Florestal Sulbrasil.

Informou que firmou compromisso verbal com a Florestal Sulbrasil, em razão da cessão de uma casa para alojar os trabalhadores da florestal, a qual se comprometeu à reformá-la e construir um banheiro.

O Sr. [REDACTED] afirmou que há um contrato firmado pelo seu filho [REDACTED] com a Florestal Sulbrasil em 1999 no qual [REDACTED] tem direito a 30 % da produção em madeira (contrato em anexo), sendo que este percentual deve ser entregue devidamente preparado no estaleiro para o carregamento destinado à indústria e que em razão da pouca produção de corte do pessoal da Florestal Sulbrasil as partes acordaram o pagamento de R\$ 14,00 (quatorze reais) a tonelada, para que os trabalhadores do [REDACTED] realizassem o corte e que os empregados destinados ao corte do pinus continuaram recebendo ordens e pagamento do [REDACTED] e que os custos do maquinário destinado à extração do pinus é do [REDACTED] e que não sabe o nome dos trabalhadores da Florestal Sulbrasil a não ser o nome do [REDACTED] Afirmou que cedeu à Florestal Sulbrasil a casa em que o [REDACTED] mora (fotos abaixo) e que o [REDACTED]

[REDACTED]





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

morava em uma casa próximo à sede que foi destinada a **dez** membros de sua família.



Casa onde residia [REDACTED]

Foi lavrado Termo de Notificação para Apresentação de documentos -NAD ( em anexo) e entregue na sede da empresa Florestal Sulbrasil. No dia e hora marcada compareceu o Sr. [REDACTED] que prestou depoimento perante o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego em que afirmou que é o proprietário da Florestal Sulbrasil que tem um contrato firmado com o senhor [REDACTED] proprietário da Fazenda Alegria firmado em 1999 no qual está pactuado que 70% (setenta por cento) da produção de madeira é sua e 30% (trinta por cento) do senhor [REDACTED]

QUE atualmente possui quatro empregados [REDACTED] e seu filho [REDACTED] e que a senhora [REDACTED] (esposa do [REDACTED]) não foi contratada como empregada e que ela não exerceu nenhuma atividade laboral no cultivo de pinus. Que o senhor [REDACTED] ajuda o depoente nas coletas de sementes de eucaliptos e intermediou a contratação do [REDACTED] e que o senhor [REDACTED] também leva rancho para o senhor [REDACTED] e que há dois anos é quem faz os pagamentos e realiza os procedimentos necessários para o bom andamento da empresa e que na sua ausência é o seu tio [REDACTED] que faz os pagamentos. Atualmente os trabalhadores estão alojados em dois espaços

[REDACTED]



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

cedidos por [REDACTED] (na Fazenda Alegria), um construído pelo [REDACTED] e outro por ele próprio. Segundo seu depoimento no alojamento construído pelo [REDACTED] mora o [REDACTED] com esposa e filhos; e no outro mora o [REDACTED] com esposa, filhos, nora e netos, em um total de sete pessoas e que construiu outro alojamento (barracão) também na propriedade do [REDACTED]

Que ao saber que o senhor [REDACTED] não estava no barracão, ficou chateado, sabedor das condições ruins da casa, mas nada pode fazer a não ser esperar a liberação do barracão pelos ervateiros.

Afirmou que [REDACTED] começou a trabalhar para o depoente em 2004 e que o [REDACTED] foi registrado desde o primeiro dia e que exerce tarefas de roçada com foice, plantio com chacho e roçada com roçadeira e admite que não estava presente em todos os meses em Palmas a fim de realização de pagamento, chegando a acumular alguns meses até o acerto acontecer e que também chegou a pedir para o senhor [REDACTED] realizar alguns pagamentos parciais, como, por exemplo, o equivalente a R\$ 200,00 (duzentos reais).

Afirmou está disposto a solucionar todas as irregularidades existentes e firmar Termo de Ajustamento de Conduta-TAC o que foi assinado no fim da operação (em anexo).

#### **E) DA NEGOCIAÇÃO**

Após a análise dos documentos apresentados e levantadas as irregularidades foram lavrados os autos de infrações abaixo discriminados.

#### **F) DAS IRREGULARIDADES TRABALHISTAS**

##### **F.1) Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.**

O autuado explorava o cultivo de pinus utilizando mão de obra sem o respectivo registro. Nesse contexto, no dia 06.05.11 na estrada de





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

acesso à Fazenda Alegria, cruzamos com um caminhão transportando quatro trabalhadores na caçamba e dois obreiros na cabine de motorista, cuja direção era do Sr., [REDACTED] que nos informou que não era registrado mas que se apresentou como "gerente de mato" da Florestal Sulbrasil, entregou-nos o cartão da empresa de propriedade do Sr. [REDACTED]

[REDACTED] Considerando que a atividade de "gerente de mato" se confunde com as necessidades empresariais da Florestal Sulbrasil, não se concebe que o trabalho possa ser realizado sem vinculação ao núcleo de atividades necessárias à consecução do objeto social da empresa, que tem por escopo a atividade fim de manejo de florestas.

Pela irregularidade acima foi lavrado o auto de infração 01420987-0

**F.2) Deixar de disponibilizar, gratuitamente, ferramentas adequadas ao trabalho e às características físicas do trabalhador.**

O empregador mantinha trabalhadores na atividade de cultivo de pinus, integrantes de uma mesma família, trabalhavam com equipamentos próprios na atividade de corte, arraste e limpeza de área, utilizando instrumentos, tais como: Machadinho; Motosserra e ainda a força de animais - três cavalos - para tração do material lenhoso retirado da floresta. Os operadores empregavam na atividade motosserras da marca Stihl, que ficavam guardadas na casa da família.

Pela irregularidade acima foi lavrado o auto de infração 01420988-8

**F.3) Deixar de promover a todos os operadores de motosserra treinamento para utilização segura da máquina.**

Havia empregado trabalhando no corte de pinus com equipamento de motosserra, sem ter sido habilitado por intermédio de curso. Constatou-se que a empregadora não apresentou comprovantes de treinamento/capacitação para o operador de motosserra, ainda que provocado por intermédio de Notificação para Apresentação de Documentos NAD. Por sua vez, o trabalhador com essa função afirmou que desenvolvia sua atividade apenas pela experiência prática.

Pela irregularidade acima foi lavrado o auto de infração 01420989-6

**F.4) Deixar de fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de proteção individual.**

O autuado explora o cultivo de pinus e mantinha empregados, integrantes de uma mesma família, trabalhando no corte de madeira com equipamentos de motosserra e, em razão da atividade demandar





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

proteção específica, destacamos a necessidade do fornecimento dos EPI's relativos aos respectivos riscos: sujeição à corte na mão, o que demanda o emprego de luvas de "raspa" (reforçadas internamente com amarração de "aramado"); cortes nos membros inferiores, com a respectiva proteção de calça reforçada de material cuja trama seja resistente à corte, perneira e botina com biqueira de aço.

Pela irregularidade acima foi lavrado o auto de infração 01420990-0

**F.5) Deixar de disponibilizar instalações sanitárias aos trabalhadores.**

Restou evidenciado que o empregado [REDACTED] cujo contrato de trabalho era formalizado, com data de admissão de 01/06/2004, morava com a esposa [REDACTED] e dois filhos numa casa de madeira, com divisão de dois quartos e sala, sem banheiro, o que provocava a necessidade dos moradores de tomarem banho na grama, em uma tina de borracha, sem qualquer privacidade e utilizarem o mato para as necessidades fisiológicas.

Pela irregularidade acima foi lavrado o auto de infração 01420991-8

**F.6) Deixar de disponibilizar, nos locais de trabalho, água potável e fresca em quantidade suficiente.**

Verificamos durante a ação fiscal que o empregado [REDACTED] morava com a esposa [REDACTED] e dois filhos numa casa de madeira, com divisão de dois quartos e sala, na qual não havia água encanada, nem mesmo água cuja potabilidade fosse aferida em condições de consumo humano

Pela irregularidade acima foi lavrado o auto de infração 01420992-6

**F.7) Deixar de efetuar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, o pagamento integral do salário mensal devido ao empregado.**

Restou evidenciado que durante a ação fiscal que nos recibos salariais dos obreiros, nos meses relativos às parcelas de décimo terceiro de dezembro de 2010, janeiro de 2011 e fevereiro de 2011 não havia aposição de assinatura ou digitais dos obreiros [REDACTED] e [REDACTED] o que provocou o visto da equipe, com colocação de carimbo da auditoria e a respectiva expressão de "sem assinatura", na data de 09/05/11, o que faz presumir que nestas competências não houve pagamento.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - GEFM

Pela irregularidade acima foi lavrado o auto de infração 01420993-4

**G) PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GEFM**

A inspeção realizada na empresa Florestal Sulbrasil foi retratada através de declarações, imagens fotográficas e filmagens de depoimento do empregador e documentos de propriedade da terra, e contrato de parceria (anexos a este relatório).

Encontramos 07 (sete) trabalhadores em plena atividade laboral, sendo que dois estavam sem registro em carteira.

Considerando-se as boas condições a que estavam submetidos os trabalhadores que ali laboravam, não houve resgate de nenhum trabalhador.

O representante do Ministério Público do Trabalho Dra [REDACTED] celebrou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual foram estabelecidas inúmeras obrigações de fazer e não fazer, fixando multas diferenciadas por cada uma das cláusulas descumprida conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta em Anexo.

**H) CONCLUSÃO**

As irregularidades encontradas conforme se conclui não eram suficientemente graves a ponto de ser necessário resgatar trabalhadores. No tocante as irregularidades encontradas foram lavrados os Autos de Infrações específicos e acompanhado a rescisão de trabalhadores que haviam cessado as suas atividades.

Brasília, DF, 17.05.2011

[REDACTED]

[REDACTED]